

Aliança tenta superar os pontos polêmicos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pelo menos quinze pontos foram considerados polêmicos na pauta das conversas de parlamentares influentes do PMDB e do PFL, dispostos a evitar excessos ideológicos na elaboração da nova Constituição. As questões conflitantes, porém, não foram consideradas insuperáveis. Todos estão dispostos a continuar insistindo na busca de fórmulas capazes de fechar acordos.

Os pontos considerados polêmicos são notórios: reforma agrária, limite de propriedade, estabilidade, 40 horas semanais de trabalho, moratória, intervenção estatal na economia, dívida externa, dívida interna, recursos ao ensino público e privado, definição de empresa nacional, entre outros.

Por precaução, os parlamentares do PMDB e do PFL não colocaram sobre a mesa de conversações dois temas que dividem a Constituinte: sistema de governo e duração do mandato presidencial — de Sarney e de seus sucessores. Os dois assuntos foram considerados acima de princípios programáticos de um e de outro partido. Cada um deverá assumir sua própria posição, envolvendo a convicção de cada um e compromissos com o tempo de governo do atual presidente. Ninguém discordou da sugestão de se deixar as duas questões à decisão pessoal, a tempo e hora — independentemente de deliberações de órgãos partidários.

Pelo PMDB, estão à frente do movimento pelo equilíbrio no texto constitucional os deputados Pimenta da Veiga, Miro Teixeira, Paulo Macarini e Euclides Scalco — indicados pelo líder Mário Covas — e pelo PFL, o senador Guilherme Palmeira e os deputados Jayme Santana, Saulo Quetroz, Lúcio Alcântara, Alceni Guerra.

Amanhã eles terão novo encontro, para continuar examinando os programas do PMDB e do PFL, com o objetivo de pesar as diferenças e somar as semelhanças. Os coordenadores dos dois grupos, todos dispostos a superar impasses, estão também estudando as conclusões das subcomissões, das comissões temáticas e o relatório inicial da Comissão de Sistematização, na busca de saída possível.

De parte dos negociadores do PMDB e do PFL não há, por ora, a preocupação de agradar ou desagradar o governo. A preocupação fundamental de cada um é com o texto da futura Constituição. Eles acreditam que com esforço e boa vontade será possível lutar por uma Constituição atualizada, justa, equilibrada.

Eles não ignoram que há outros grupos, do PMDB e do PFL, trabalhando no mesmo sentido, ao lado de parlamentares do PL, do PDC, do PDS, do PTB. Jayme Santana, do PFL, e Euclides Scalco, do PMDB, acreditam na possibilidade de conquistar apoio — e votos — junto a representantes de outras bancadas.

Citaram o PL, o PDC, o PTB e setores do PDS como aliados em potencial. Pretendem buscar o necessário respaldo numérico a emendas em plenário, buscando o melhor para o País.

Alguns dos integrantes do movimento contra os excessos da nova Carta, filiados ao PMDB e ao PFL, apesar de solicitados por assessores qualificados da Presidência da República, pediram desculpas, mas se recusaram a assinar emendas preparadas no Planalto. Estas emendas foram entregues ao líder governista Carlos Sant'Anna, alterando aproximadamente 200 artigos do anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. A maioria tratando de questões econômico-sociais.

Os que deixaram de assinar emendas palacianas preferem continuar examinando eventuais acordos com setores do PMDB, confiantes na possibilidade de aprovação de nova Constituição, capaz de ser aceita pela maioria da sociedade. Lúcio Alcântara, do PFL, e Paulo Macarini, do PMDB, estão seguros de que promulgada uma Carta aleijada, de uma perna só, expressando uma facção da sociedade, logo começará a ser contestada. O pior que poderia acontecer, segundo eles, seria a promulgação, 40 anos depois da Carta de 46, de uma Constituição contestada pela maioria da sociedade. Teria de começar tudo de novo.

Além da preocupação em chegar a um acordo com setores equilibrados do PMDB, os coordenadores do PFL, empenhados na tarefa de votar uma Constituição justa, sem excessos, não evitam algumas críticas discretas ao presidente nacional do partido, senador Marco Maciel. Ontem à noite, eles tiveram uma reunião-jantar com o presidente do PFL, para informá-lo de seus entendimentos com liderados de Mário Covas e, ao mesmo tempo, mostrar ao senador pernambucano que sua missão deve ter duas mãos.

As críticas, as queixas, as posições de cada partido que Marco Maciel está recolhendo devem ser transmitidas ao presidente Sarney, com realismo. Se os partidos consultados pelo presidente do PFL insistem no mandato presidencial de quatro anos, com eleições em 15 de novembro de 1988, Marco Maciel deve mostrar a Sarney o quadro como ele é, apontando os riscos da eventual divergência.

No PMDB e no PFL já dá para sentir a fragilidade do esquema de cinco anos. Os do PFL sentem mais ainda, com muitos deles lamentando não poder participar da campanha das diretas-88, pelos compromissos assumidos com o governo que apóiam (ainda).

Nos dois partidos que formam a frágil Aliança Democrática há a convicção de que a maioria dos constituintes deve preferir mandato de quatro anos — embora achem que o presidente Sarney esteja recebendo informações diferentes, de que seria aprovado mandato de cinco anos.